

Ter um plano de saúde é o terceiro maior desejo do brasileiro, logo após a casa própria e educação, conforme já mostramos [aqui no Blog](#). Agora, o [TD 63 – “Determinantes para a posse de plano de saúde”](#) – aponta que o local de residência e o nível de educação são determinantes diretos para a realização deste sonho.

De acordo com o TD, um brasileiro residente da região Sudestes tem 3,2% mais chances de contar com o benefício do que outro da região Sul. Já os Nordestinos têm 2,06% menos chance de ter um plano do que os Sulistas. Essa probabilidade está intimamente ligada a disponibilidade de serviços de saúde, como ambulatórios, especialistas, hospitais etc. A explicação é simples: as pessoas se interessam mais em possuir o benefício nos locais onde poderão aproveitar mais esses serviços”, completa.

O estudo também aponta que quanto mais elevado o nível de escolaridade, maior a chance de possuir o plano. Por exemplo, o TD mostra que uma pessoa com ensino superior completo tem 9,18% mais chance de possuir um plano de saúde do que outra sem ensino formal. Aqui, a justificativa é a relação entre o nível de instrução de uma pessoa sua renda. O que demonstra a importância de planos de saúde mais acessíveis, como os que estão sendo debatidos na ANS.

Outro ponto importantíssimo detectado no estudo é que a probabilidade de possuir um plano de saúde individual aumenta em 0,13% a cada ano de vida. O que significa que pessoas mais velhas e, portanto, com mais chance de apresentarem problemas de saúde mais graves, tendem a procurar mais os planos de saúde individuais. Fato evidenciado pela média de idade dos beneficiários de planos individuais, que é de 47,7 anos. O que representa 8,8 anos a mais do que a média de população brasileira: 38,9 anos. Já a prevalência de ao menos uma doença crônica aumenta a possibilidade de adquirir o benefício em 1,22%.

Na prática, esse processo gera um risco conhecido como “seleção adversa”: a maioria dos contratantes dos planos é formada por pessoas que necessitam de cuidados de saúde e usam o benefício para acessar esses serviços. Sem a contrapartida da participação daqueles que usam menos o serviço, pode haver desequilíbrio do sistema e um aumento significativo dos custos, exigindo a compensação nas mensalidades ou tornando os custos do produto mais elevados.

Fonte: IESS, em 24.04.2017.